ANPEGE

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

SEÇÃO TEMÁTICA

Estudos Críticos de TURISMO, TERRITÓRIO E AUTODETERMINAÇÃO

REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

VOLUME 19

N. 40 (2023)

30 ANOS ANPEGE

DOI: 10.5418/RA2023.V19I40.17878

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº. 40 (2023) | e-issn: 1679-768x

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM MEIO A PANDEMIA COVID-19 NO BRASIL: ENFRENTAMENTOS, REDES E CAMINHOS EM TRANSIÇÃO

Community-based tourism amid the Covid-19 pandemic in Brazil: confrontations, networks and paths in transition

Turismo comunitario en medio de la pandemia Covid-19 en Brasil: enfrentamientos, redes y caminos en transición

EDILAINE ALBERTINO DE MORAES
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

TERESA CRISTINA DE MIRANDA MENDONÇA
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

PAULO HENRIQUE RIBEIRO ESTEVÃO
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Resumo: Este artigo apresenta uma reflexão sobre os enfrentamentos, as conexões e as estratégias adotadas por grupos envolvidos na construção do turismo de base comunitária (TBC), no Brasil, em meio à pandemia da Covid-19. Para tal, baseou-se na abordagem teórico-metodológica Teoria Ator-Rede, considerando diferentes procedimentos e ferramentas, que permitiram a investigação, entre 2020 e 2021, sobre dados e saberes acadêmicos, técnicos e populares, a partir de nove projetos de turismo de base comunitária, em diferentes regiões do país. O TBC se revelou como aposta promissora nessa transição, porém surgiram inúmeras preocupações, desafios e possibilidades para reorientação dessa prática, de modo a articular e tecer experiências múltiplas em bases sustentáveis. Dessa forma, a realidade imposta pela pandemia fez com que os grupos envolvidos no TBC engendrassem barreiras não apenas contra o coronavírus, mas também contra o retorno de elementos derivados da atual dinâmica de produção capitalista que ameaçam a sua sobrevivência.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária, Povos e Comunidades Tradicionais, Coletivos, Covid-19, Brasil.

Abstract: This article presents a reflection on the confrontations, connections and strategies adopted by groups involved in the construction of community-based tourism (CBT) in Brazil, amid the Covid-19 pandemic. To this end, it was based on the theoretical-methodological approach Actor-Network Theory, considering different procedures and tools, which allowed research, between 2020 and 2021, on academic, technical and popular data and knowledge, from nine community-based tourism projects in different regions of the country. The CBT proved to be a promising bet in this transition, however, there were numerous concerns, challenges and possibilities for reorientation of this practice, in order to articulate and weave multiple experiences on a sustainable basis. Thus, the reality imposed by the pandemic caused the groups involved in the CBT to generate barriers not only against the coronavirus, but against the return of elements derived from the current dynamics of capitalist production that threaten its survival.

Keywords: Community-based tourism, Traditional Peoples and Communities, Collectives, COVID-19, Brazil.

Resumen: Este artículo presenta una reflexión sobre los enfrentamientos, conexiones y estrategias adoptadas por grupos involucrados en la construcción del turismo comunitario (TBC), en Brasil, en medio de la pandemia Covid-19. Para ello, se basó en el enfoque teórico-metodológico Teoría Actor-Red, considerando diferentes procedimientos y herramientas, que permitió la investigación, entre 2020 y 2021, sobre datos y saberes académicos, técnicos y populares, a partir de nueve proyectos de turismo de base comunitaria, en diferentes regiones del país. El TBC se ha revelado como una apuesta prometedora en esta transición, pero han surgido innumerables preocupaciones, desafíos y posibilidades para reorientar esta práctica, con el fin de articular y tejer experiencias múltiples sobre bases sostenibles. De esta forma, la realidad impuesta por la pandemia hizo que los grupos involucrados en el TBC crearan barreras no solo contra el coronavirus, sino contra el retorno de elementos derivados de la actual dinámica de producción capitalista que amenazan su supervivencia.

Palabras-Clave: Turismo comunitario, Pueblos y comunidades tradicionales, Colectivos, COVID-19, Brasil.

INTRODUÇÃO

No panorama das mudanças globais geradas pela pandemia da Covid-19 sem precedentes, iniciada em março de 2020, o turismo foi um dos setores mais afetados em decorrência do fechamento de aeroportos, portos e fronteiras terrestres à entrada de estrangeiros, confinamentos e quarentenas recomendadas ou forçadas, dentre outras medidas de saúde, o que limitou, dessa forma, a mobilidade das pessoas. Assim, a pandemia revelou tanto a força do turismo como a vulnerabilidade do setor, traduzindo também como as suas estimativas positivas e tendências podem ser descartáveis em momento de suspenção de sua prática (Panosso Netto; Oliveira; Severini, 2020).

As incertezas em torno do turismo durante a pandemia também implicaram reafirmá-lo como um componente inseparável do sistema hegemônico capitalista, movido por relações de dependência de fluxo contínuo de turistas e de distribuição desigual de riquezas, custos e benefícios gerados pelo processo. Sendo assim, os reflexos da pandemia apontaram, inclusive, para a necessidade de rupturas estruturais no turismo, colocando em xeque a ideia de retomada à "normalidade" da sua dinâmica economicista e massiva de pessoas ocupando destinos, e, por vezes, ferindo os direitos fundamentais de quem as recebe (Melo, 2020).

Neste cenário, tornou-se necessário repensar os próprios fundamentos da sociedade em relação ao turismo, tendo em vista que passou a ser considerado como um veículo estratégico para a redução dos efeitos socioeconômicos e políticos da pandemia e para o próprio alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, previstos pela Agenda Global 2030 (ONU, 2015).

Entretanto, diante da pausa de dois anos imposta pela pandemia tanto ao fluxo turístico convencional quanto aos pequenos e médios empreendimentos e serviços associados ao setor, sobretudo onde o turismo representa(va) a principal fonte de emprego e renda, debates críticos vêm problematizando soluções e saídas para a "reconstrução" e a "retomada" da economia por meio do setor, a médio e longo prazo, no Brasil e em outros países da América Latina, tendo-se em vista que esse também pode intensificar o emaranhado de desigualdades, vulnerabilidades e disrupções, que perpassam as questões sanitárias, políticas, socioeconômicas e ambientais.

Diante disso, uma das possibilidades discutidas para a transformação da realidade pós-Covid-19 foi a necessidade do "decrescimento" e redirecionamento turístico (Fletcher *et al.*, 2021). Este movimento nos convida a pensar: será que as formas de produção e funcionamento do turismo, bem como os modos de pesquisar e intervir, neste campo, anteriormente utilizados são capazes de contribuir para o enfrentamento dos desafios que interpelam o mundo atual?

Não estamos falando de uma crise. Isso porque concordamos com Latour (2020, p. 108) quando afirma que a ideia de crise propagada pela modernidade é uma falácia. O panorama em curso não possui um caráter passageiro a ser superado; ao contrário, o que ocorre é a experimentação de uma mutação sem precedentes, "uma mutação

ecológica, duradoura e irreversível", que está repercutindo nos modos de existir e de se relacionar entre humanos e não humanos.

Dessa forma, Latour (2020) evocou, em ressonância com as ideias de Krenak (2020), que a pandemia impulsionou a possibilidade de repensar o modelo de desenvolvimento da sociedade e construir um presente e futuro mais justos, embora tenha possibilitado piorar as injustiças existentes e criar novas vulnerabilidades. Esta experiência nos permitiu entender que a questão não é mais se existem recursos suficientes a serem explorados para continuar como antes, mas como participar da manutenção da habitabilidade do território do qual somos dependentes. Ao nos depararmos com esse tipo de questão, o autor faz a convocação de imaginarmos gestos e barreiras contra o novo coronavírus e, também, contra os padrões hegemônicos que não queremos que sejam retomados (Latour, 2020).

Sendo assim, estamos diante de uma necessidade de recolocar o turismo em debate. No âmbito das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, o tema tem sido compreendido, progressivamente, na literatura especializada como uma via possível de desenvolvimento capaz de gerar inúmeros impactos positivos e negativos sobre determinado lugar (Nash, 1981). No entanto, alguns pesquisadores, como Barreto (2007) e Higgins-Debiolles (2018), vêm criticando a abordagem dualista e cartesiana, que simplifica e fragmenta, historicamente, a leitura dos efeitos do turismo. Considerando essa limitação e, para descobrir outras formas de pesquisar o turismo em novas bases, seria necessário, portanto, que esse fenômeno passasse a ser compreendido a partir de uma leitura plural capaz de traduzir a conjuntura crescente de riscos e incertezas de toda ordem, inerentes ao processo (Moraes, 2019). Nesta direção, desejamos despertar o interesse e fomentar essa discussão, a partir da realidade do Brasil, país que tomou medidas de saúde frente à pandemia com certo atraso temporal no plano global.

A pós-vacinação contra a Covid-19, a partir de janeiro de 2021, aumentou novamente o fluxo turístico que passou a buscar por áreas rurais, lugares de natureza conservada e ambientes ao ar livre, com menos circulação de pessoas, diferentes dos destinos convencionais e massificados. Essas possibilidades e alternativas foram entendidas como formas de amenizar os efeitos desencadeados pelo confinamento, além de estimular saúde e bem-estar por meio do contato com a natureza, como aconteceu com o aumento de visitação em unidades de conservação (Menegasso *et al*., 2021).

Em um sentido mais amplo, essa tendência do turismo em áreas rurais e naturais continua sendo considerada a possibilidade com maior expectativa no Brasil e nos demais países da América Latina pós-Covid-19. Fletcher *et al*. (2021) atentam para a necessidade de essas experiências serem desenvolvidas a partir de práticas sustentáveis e mercados alternativos, sem caírem na contradição capitalista de crescimento contínuo e recursos naturais finitos.

Dentre essas experiências em expansão, destacamos o turismo de base comunitária ou turismo comunitário (TBC), que tem alcançado uma visibilidade cada vez maior, como "uma alternativa de turismo, em bases sustentáveis e segundo o compromisso ético de justiça e resistência social" (Irving; Moraes, 2019). Desde a década de 1980, a

prática de TBC tem sido construída sob a premissa da base endógena em planejamento e organização do turismo na América Latina. Essa nova perspectiva tem sido interpretada como uma oportunidade para a melhoria de condições de vida por inúmeros grupos sociais em situação de vulnerabilidade social e ambiental e à margem de projetos turísticos convencionais na região, como pescadores artesanais, etnias indígenas, agricultores familiares, ribeirinhos e quilombolas (Bartholo; Sansolo; Bursztyn, 2009; Moraes, 2019).

Outro aspecto importante das iniciativas de TBC se refere a sua vinculação às estratégias políticas desenvolvidas por grupos organizados e movimentos sociais, indígenas e do campo para a garantia e para a preservação da cultura local e dos territórios por eles ocupados tradicionalmente. Esses processos têm contribuído para que o TBC venha sendo organizado por meio de ações coletivas, de federações e de redes locais, nacionais e latino-americanas, permitindo apontar preocupações comuns e, também, construir alianças entre organizações não governamentais, universidades, gestores públicos e movimentos sociais que atuam em frentes populares, influenciando as agendas de políticas públicas e o delineamento de formas de comercialização nesse setor (Cañada, 2015; Moraes, Irving e Mendonça, 2018).

No plano nacional, destacamos a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Turisol), formada, em 2003, pela união de organizações que atuavam em sete projetos de TBC, promovendo trocas de experiências, fortalecendo as iniciativas existentes e despertando o interesse de outras comunidades para a construção de formas mais justas de turismo no país. Desde então, diversos projetos de TBC vêm sendo desenvolvidos em diferentes regiões e biomas preservados, tornando-se foco de interesse de pesquisas acadêmicas e estudos de caso em todo o país, influenciando a realização de diversos debates e seminários até os dias atuais, os quais resultaram em publicações e anais (Coriolano e Lima, 2003; Silva *et al*., 2008; Costa Novo e Cruz, 2013; Marupiara, 2014; Bagagem, 2015; Veras, 2017), que contribuíram também para que esse tema e ação se afirmassem politicamente em defesa dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Dessa forma, o TBC representa um tema relevante, em termos científico-políticos, exigindo a ampliação de sua análise, simultaneamente, como um discurso e uma prática, considerando as múltiplas conexões entre os saberes, fazeres e atores envolvidos. Ou seja, a compreensão do TBC transcende a perspectiva de planejamento e estruturação de empreendimentos comunitários ou a mera dinâmica de recepção de visitantes. Nesse sentido, o TBC se expressa como um laboratório de experiências emergentes e alternativas frente às desigualdades sociais existentes e à condição estratégica de sociobiodiversidade e riqueza cultural do Brasil. Ainda assim, inúmeros são os desafios a serem enfrentados com esse enfoque, tendo em vista sobretudo a agenda governamental e o processo de políticas públicas em curso, conduzidos por uma visão centrada na dimensão econômica do turismo, negligenciando, desse modo, os lugares de TBC (Moraes, 2019; Moraes *et al*., 2020).

E, quando se consideram as desigualdades e injustiças nas condições de enfrentamento à Covid-19, é importante ainda observar que as iniciativas de TBC também

estiveram suspensas, mudando a dinâmica de organização local e deixando várias associações, famílias e grupos comunitários ainda mais vulneráveis. Este cenário impulsionou a necessidade de rastrear as novas dinâmicas entre os diferentes atores e os efeitos que a pandemia poderia produzir no processo de TBC. Nesse sentido, a realização deste artigo se inspira nas seguintes lacunas de pesquisa: como as mudanças geradas pela pandemia ressoaram nas iniciativas de TBC? Quais seriam as formas de TBC desejadas pelas comunidades no pós-pandemia? Como seria a construção de uma nova realidade de TBC?

A partir do reconhecimento das possibilidades de deslocamentos em novas análises e engendramentos, este exercício inspira-se no compromisso de tecer caminhos de pesquisa engajada e comprometida com a emancipação humana. Portanto, este artigo busca refletir sobre os enfrentamentos, conexões e estratégias adotadas pelos envolvidos com o TBC, no Brasil, visando o delineamento de novos caminhos com esse enfoque, no contexto pandêmico.

Para tanto, o artigo está estruturado em três seções. A primeira apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa. A segunda discute sobre as premissas do turismo de base comunitária no Brasil para repensar incertezas e implicações geradas pela pandemia. Em seguida, analisamos os resultados obtidos sobre os enfrentamentos, conexões e estratégias adotadas pelas comunidades locais e outros atores envolvidos para delinear princípios orientadores do TBC no processo de reconstrução de um mundo comum, articulado e heterogêneo.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Frente ao desafio de buscar construir vias analíticas diplomáticas para a produção de conhecimento sobre o TBC, neste artigo argumentamos a favor das bases da Teoria Ator-Rede (original em inglês de *Actor-Network Theory* – ANT), formulada no campo dos Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), que vem sendo, progressivamente, defendida no âmbito das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Essa abordagem é defendida, principalmente, pelo reconhecido filósofo e sociólogo francês Bruno Latour (2012), como uma via investigativa que questiona a visão dualista entre natureza e sociedade, propondo um caminho inovador para a abordagem do "social" e da "sociedade", no reconhecimento de redes constituídas de elementos humanos e não humanos. Nesse sentido, a Teoria Ator-Rede contribui para a experimentação de uma reflexão que explore o processo coletivo em meio às mudanças geradas nesses tempos incertos de pandemia.

Na literatura especializada, a problematização sobre o TBC no Brasil à luz da ANT é ainda embrionária (Moraes, 2019). Partindo dessa lacuna, em continuidade ao ofício investigativo (Moraes, 2019; Moraes *et al.*, 2020), este trabalho tem como principal diretriz metodológica: "seguir os próprios atores" e se alimentar de controvérsias (Latour, 2012, p. 31), apostando em uma composição polifônica dos discursos e vozes rastreados.

Nessa perspectiva antropológica, buscamos descrever a vivência empírica do objeto de interesse em um movimento de pesquisa que se faz “com” e não “sobre” os atores rastreados, apreendendo a realidade do que se pesquisa em constante diálogo com diferentes saberes. Esse cuidado ao pesquisar é muito “característico de uma percepção que pretende capturar a complexidade com generosidade, ética e sensibilidade” daquilo que se estuda (Branquinho e Lacerda, 2017, p. 62), nos exigindo novas ferramentas.

Sendo assim, foram construídos, de modo conjugado, os seguintes procedimentos metodológicos. A pesquisa bibliográfica e documental incidiu, inicialmente, sobre os temas turismo de base comunitária ou turismo comunitário e pandemia da Covid-19. As bases de dados acessadas foram: Google Acadêmico; Scientific Electronic Library Online (SciELO); e Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal (Redalyc). Essa busca resultou em trabalhos recentes que abordavam o impacto da pandemia no turismo, não necessariamente no TBC, revelando a necessidade de estudos com esse enfoque. Diante do material recolhido, foram realizadas as leituras dos textos na íntegra, fichamentos e um mapa literário, que se constituiu em um facilitador na sistematização do material bibliográfico.

A pesquisa documental envolveu consultas a organismos internacionais e nacionais especializados nessa temática. Também foram consultados conteúdos disponíveis nas páginas virtuais de organizações não governamentais e de outras iniciativas da sociedade civil, assim como foram acessadas informações e discussões e interações *on-line* em mídias sociais (Whatsapp, Facebook, Instagram e Youtube). Jamal e Budke (2020) consideram o uso dessas fontes de mídias atuais emergentes como um procedimento privilegiado para a realização de pesquisas acadêmicas durante a pandemia da Covid-19.

Além disso, com o impulsionamento de transmissões ao vivo pela *web*, foi realizado um mapeamento de 57 *lives* e eventos virtuais nacionais, ocorridas entre abril e dezembro de 2020, que trataram diretamente sobre TBC e Covid-19. Após a escuta, transcrição e sistematização dessas *lives*, rastreamos nove porta-vozes e lideranças que mais participaram desses eventos e se destacaram no debate. A partir desse rastreamento, foi elaborado um roteiro de entrevista semi-estruturada. As entrevistas foram feitas virtualmente via plataforma *Google Meet* entre março e abril de 2021. As nove lideranças entrevistadas foram vinculadas aos seguintes projetos: Associação Acolhida na Colônia (SC), Associação de Auxiliares e Guias de Ecoturismo de Mamirauá (AM), Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri (CE), Núcleo de Turismo Étnico Rota da Liberdade (BA), Quilombo de Ivaporunduva (SP), Quilombo Kalunga (GO), Rede Caiçara de Turismo Comunitário Paranaguá (PR), Rede Cearense de Turismo Comunitário (CE) e Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária (RJ). O perfil dos pesquisados está sistematizado no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Perfil das lideranças de TBC pesquisadas

Iniciativas de TBC	Perfil do(a) entrevistado(a)
Associação Acolhida na Colônia (Santa Rosa de Lima, SC) (Entrevistada A)	**Identidade de gênero: feminino Idade: 53 anos Formação: 2º grau completo Ocupação: Associada e Coordenadora de Finanças**
Associação de Auxiliares e Guias de Ecoturismo de Mamirauá (Tefé, AM) (Entrevistada B)	**Identidade de gênero: feminino Idade: 42 anos Formação: Ensino Fundamental Completo Ocupação: Gerente da Pousada Uacari**
Fundação Casa Grande (Nova Olinda, CE) (Entrevistado C)	**Identidade de gênero: masculino Idade: 27 anos Formação: Mestrando em Direção e Programação do Turismo Ocupação: Direção do Programa de Sustentabilidade Institucional e do Programa de Geração de Renda Familiar na Fundação Casa Grande**
Quilombo Ivaporunduva (Eldorado, SP) (Entrevistado D)	**Identidade de gênero: masculino Idade: 66 anos Formação: Ensino Médio Ocupação: Liderança Nacional Quilombola, Monitor Ambiental e trabalha com história comunitária**
Quilombo Kalunga (Cavalcante, GO) (Entrevistada E)	**Identidade de gênero: feminino Idade: 27 anos Formação: Tecnologia em Gestão de Turismo Ocupação: Consultora em Turismo**
Núcleo de Turismo Étnico Rota da Liberdade (Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape/Cachoeira, BA) (Entrevistado F)	**Identidade de gênero: masculino Idade: 62 anos Formação: 3º grau incompleto Ocupação: Conselheiro do Conselho Quilombola Bacia Vale do Iguape, participante do Núcleo do Território Quilombola do Recôncavo Baiano, Agente Comunitário, Educador Social e membro do Núcleo Étnico Rota da Liberdade**
Rede Caiçara de Turismo Comunitário Paranaguá (Paranaguá, PR) (Entrevistado G)	**Identidade de gênero: masculino Idade: 23 anos Formação: Cursando Superior em Turismo Ocupação: Agenciador na própria rede, responsável pelo marketing e vendas**
Rede Cearense de Turismo Comunitário (Icapuí, CE) (Entrevistada H)	**Identidade de gênero: feminino Idade: 43 anos Formação: Pós-Graduação em Psicopedagogia Ocupação: Secretária Executiva**
Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária (Paraty, RJ) (Entrevistada I)	**Identidade de gênero: feminino Idade: 33 anos Formação: Ensino Fundamental Incompleto Ocupação: Coordenadora da Rede Nhandereko**

Fonte: Os autores (2021).

As entrevistas foram gravadas e transcritas segundo assinatura de termo de consentimento livre e informado. A sistematização das entrevistas resultou em uma matriz-síntese qualitativa com elementos e temas-chaves. Alguns destes serão apresentados e explorados na próxima seção de resultados alcançados na pesquisa.

Por fim, a análise dos dados qualitativos misturou as principais narrativas e questões (compreendendo suas conexões, diferenças e elementos de travessia) apresentadas pelos entrevistados, considerando a mesma hierarquia entre tais atores e o conhecimento que possuem sobre a realidade. Dessa maneira, foi possível contribuir para a tessitura de conhecimentos sobre as experiências do TBC, no cenário da pandemia e sobre o que se espera para o caminho futuro dessas práticas.

PREMISSAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO BRASIL

Para compreender o TBC com uma postura diplomática, salientando a indissociabilidade entre escolha epistemológica e ontológica, buscamos discutir a síntese da sua origem e premissas, com base na releitura de alguns autores de referência nesse debate e no acompanhamento em campo de iniciativas coletivas, que estão abordadas, de forma aprofundada, em Moraes (2019).

O TBC no Brasil surge em meados da década de 1990, em meio a uma realidade de projetos não acadêmicos. Na região Norte, em 1997, surgiu o Projeto de Ecoturismo de Base Comunitária nas Reservas Extrativistas Estaduais de Curralinho e Pedras Negras no Vale do Guaporé (Rondônia) (Doria, 2004). No mesmo ano, foi criado o Projeto de Ecoturismo com a Pousada Aldeia dos Lagos no município de Silves (Amazonas) (Sansolo, 2003). E, em 1998, foi desenvolvido o Projeto Ecoturismo Comunitário na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, com a construção da Pousada Uacari, localizada em Tefé (Amazonas) (Sansolo, 2003). No Nordeste, também em 1998, foi criado o Projeto Turístico Socialmente Responsável da Prainha do Canto Verde, em Beberibe (Ceará) (Mendonça, 2004). Já na região Sul, em 1999, foi implantado o programa de agroturismo na cidade de Santa Rosa de Lima, Região das Encostas da Serra Geral (Santa Catarina), resultando na criação da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (Guzzatti, 2003).

Embora essas cinco iniciativas tenham adotado, em sua origem, como premissas comuns a promoção da conservação ambiental e cultural, além do envolvimento e da participação comunitária pela via de desenvolvimento do turismo, se for considerado estritamente o termo *Turismo Comunitário*, a gênese dessa expressão surgiu em 1995, na localidade Prainha do Canto Verde (Beberibe), reconhecida amplamente como um dos núcleos populacionais mais organizados de pesca artesanal do estado do Ceará. Nessa localidade, nesse período, foi iniciado um processo de resistências ao modelo de desenvolvimento turístico imposto pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodeturne), que fora uma iniciativa implementada sem a consulta aos atores sociais locais, ameaçando, assim, o direito dos moradores de se manterem em seu

lugar de origem. Com isso, as lideranças entenderam que era preciso promover a mobilização e a organização comunitária direcionada à discussão de um modelo alternativo de turismo no local. A efetiva participação e a capacidade de organização comunitária fizeram com que a Prainha do Canto Verde se tornasse uma experiência em desenvolvimento de turismo diferenciada do modelo convencional, inspirando outras iniciativas por toda a costa nordestina.

A importância conquistada por esse tema na Zona Costeira Cearense resultou, dessa maneira, na organização do Seminário Internacional de Turismo Sustentável (Sits), pela ONG Instituto Terramar, em parceria com a Universidade do Estado do Ceará e o Instituto Federal de Educação Tecnológica. Em sua primeira edição, em 2003, o debate foi norteado pelo tema central "O Turismo Socialmente Responsável para o Desenvolvimento Sustentável e a Redução da Pobreza". Na percepção de Scharer (2015), tal evento simbolizou a "estreia" do TBC para o Brasil. Além disso, esse seminário fez com que lideranças comunitárias presentes pudessem interagir com populações de outros estados, discutindo a experiência de como, na prática, é possível manter-se no controle dos seus territórios, das suas culturas e das suas linguagens diante do desenvolvimento turístico (Diegues, 2003).

Os encontros no Sits impulsionaram os primeiros passos de um pequeno grupo de iniciativas brasileiras de TBC em prol de um movimento de articulação em rede. O potencial para a ampliação dessa proposta no Brasil ficou visível a partir de uma ação promovida, em 2003, pela Embaixada da França no país, por meio de um programa de cooperação. Essa iniciativa buscou fomentar a discussão sobre turismo solidário entre atores de diversos projetos que atuavam nessa linha, além de representantes da gestão pública e de outras instituições apoiadoras. Dando sequência a essa cooperação, sete projetos brasileiros – Prainha do Canto Verde (CE), Acolhida na Colônia (SC), Ecoporé (RO), Palmatur (CE), Parque Regional do Pantanal (MS), além de Aldeia dos Lagos (AM) e de Bordados da Caatinga (PI) – representaram o Brasil no Fórum Internacional de Turismo Solidário e Desenvolvimento Sustentável (Fits), em Marselha (França), naquele ano.

Assim sendo, o movimento informal dos sete projetos anteriormente mencionados resultou, em 2003, na criação da Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário (Turisol) com objetivos de construir, conjuntamente, estratégias para o fortalecimento das práticas existentes e de despertar o interesse de outras comunidades para o desenvolvimento de um modelo alternativo de turismo (Bagagem, 2010). Sendo assim, a Turisol surgiu de uma estratégia de articulação entre projetos de ONG e comunidades locais, embora sem assumir personalidade jurídica. Desde então, suas ações em TBC foram orientadas pelos seguintes princípios: (a) a comunidade deve ser proprietária dos empreendimentos e gerenciar coletivamente a atividade; (b) a comunidade deve ser a principal beneficiária para o desenvolvimento e fortalecimento da Associação Comunitária; (c) a principal atração turística é o modo de vida da comunidade, ou seja, sua forma de organização, os projetos sociais de que faz parte, formas de mobilização comunitária, tradição cultural e atividades produtivas; (d) as atividades são criadas para proporcionar intercâmbio cultural e aprendizagem ao visitante; (e) os roteiros devem respeitar as

normas de conservação e gerar o menor impacto ambiental possível; (f) comunidades e visitantes participam da distribuição justa da renda obtida; (g) parceria social com agências de turismo (Fontoura, 2009). Defendendo esses princípios, o movimento coletivo de iniciativas de TBC, engajado informalmente por meio da Rede Turisol, passou a demandar ao Ministério do Turismo um canal de interlocução direta para a discussão, a negociação e a articulação em torno da criação de uma possível linha de fomento específica para essa modalidade.

Somente em 2008, a primeira ação de política pública para o fomento de iniciativas desse tipo no país ocorreu por meio do Edital de Chamada Pública de Projetos MTur/nº 001/2008, selecionando 50 propostas de projetos em apoio às iniciativas de TBC, com foco no território, no desenvolvimento local e na inclusão social. Nesse edital, as iniciativas de TBC puderam contemplar outras denominações como "Turismo comunitário, solidário e de conservação", desde que tivessem, como princípio comum, a busca pela construção de formas alternativas de desenvolvimento turístico. Esse, por sua vez, deveria ser baseado nas premissas de autogestão, associativismo/cooperativismo, valorização da cultura local e protagonismo das comunidades locais no processo de apropriação dos benefícios advindos do turismo (Brasil, 2008).

Dessa maneira, o edital mencionado foi uma ação pontual e isolada do MTur para contemplar o TBC, não se constituindo em um programa em si nem tendo a continuidade esperada. Contudo, não se pode negar a importância dessa iniciativa pública para a mobilização nacional com relação ao TBC, a qual passou a ser considerada uma referência para o debate temático, uma vez que, pela primeira vez, o MTur propôs-se a desenvolver uma ação para o reconhecimento, a sistematização e o fortalecimento do TBC.

Nesse sentido, o TBC se afirmou e se tornou objeto de reflexões e pesquisas acadêmicas no país, inspirando uma das primeiras concepções: aquele em que as comunidades, de forma associativa, possuem o controle efetivo das atividades econômicas associadas ao turismo, desde o seu planejamento ao desenvolvimento e gestão, alcançando a melhoria de suas economias (Coriolano e Lima, 2003). A partir desse conceito, alguns princípios foram elencados: (a) realizar o TBC de modo integrado às demais atividades econômicas, fortalecendo a agricultura, a pesca artesanal e o artesanato; (b) priorizar a geração de emprego e renda local, os pequenos empreendimentos locais e a dinamização do capital local; (c) assegurar a participação das comunidades com o planejamento descentralizado e com o desenvolvimento de uma política de turismo em bases locais; (d) lutar pela regulamentação fundiária que garanta a posse da terra às comunidades indígenas e pesqueiras e pela regulamentação das unidades de conservação (Coriolano e Lima, 2003).

Em função deste debate em construção, são inúmeras as tentativas para se problematizar, teoricamente, o TBC, ou para se buscar um balizamento conceitual capaz de orientar o planejamento de projetos turísticos, com esse enfoque, no Brasil (Coriolano e Lima, 2003; Irving, 2009; Sampaio, 2011; Mendonça e Moraes, 2012; Mendonça *et al.*, 2014; Moraes, 2019, entre tantos outros).

Segundo Mendonça *et al*. (2014), alguns princípios emergem como comuns nas pesquisas acadêmicas em TBC. Em geral, o TBC envolve iniciativas nas quais os benefícios socioeconômicos impactam diretamente a comunidade local; busca-se a sustentabilidade social e econômica; e prevalece o compromisso de uma relação dialógica entre turista e comunidades anfitriãs envolvidas. Outros elementos comuns se referem ao reconhecimento do protagonismo da comunidade, assim como da prevalência da gestão comunitária dos empreendimentos locais no processo. O movimento coletivo de busca por desenvolvimento local, o fortalecimento do sentido de pertencimento, das identidades e do respeito às tradições e a valorização cultural constituem também eixos interpretativos comuns. Em geral, o TBC é entendido como complemento e não como substituição às demais atividades produtivas locais.

No plano conceitual, associa-se também ao TBC o sentido de luta e resistência pelos direitos à posse da terra, ao uso dos recursos naturais e ao local herdado (Santiago, 2015), o que exprime uma realidade comum aos territórios periféricos, nos quais os povos e comunidades tradicionais se veem ameaçadas pelos processos de apropriação de território pelo capital hegemônico, inclusive pela via do turismo. Em decorrência disso, inúmeras iniciativas envolvidas na Rede Turisol, por exemplo, estão articuladas a movimentos sociais (como o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil [MPP], o Movimento Social Quilombola, os Movimentos Indígenas, o Movimento dos Povos do Campo, da Floresta e das Águas, o Movimento Ambientalista, o Movimento Negro, os Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que contribuem para que as ações específicas alcancem um objetivo maior, o de superação das atuais condições de desigualdade e exclusão desses grupos. Para Medeiros (2020), essas lutas revelam o quanto a demanda por direitos se renova no tempo, na medida em que surgem novos atores e novas questões, que passam a se constituir coletivamente.

Sendo assim, na percepção de Sampaio (2011, p. 23), o turismo comunitário pode também ser interpretado como uma estratégia de "política afirmativa", para que "as populações tradicionais, diante da hegemonia das sociedades urbanas industriais, sejam protagonistas de seus modos de vida próprios, tornando-se uma alternativa possível ao modo de vida material-consumista". Brandão e Leal (2012, p. 73) concluem também que as comunidades se fazem "tradicionais" com uma estratégia de defesa diante do peso de contínuas ameaças, tentando balancear um modo de existir baseado na relação dependente do "mundo de fora" e uma "protegida quase-invisibilidade".

Mas apesar de algumas consonâncias, para Lima (2011), as perspectivas conceituais relacionadas ao TBC são ainda polêmicas e inclinadas a traduzir um "modelo" idealizado de desenvolvimento do turismo. Por isso, a abordagem e a análise de experiências comunitárias na organização do turismo devem ser tratadas de forma crítica e não ingênua e naturalizada, já que existe uma tendência de as comunidades locais serem simplificadas e homogeneizadas apenas como componentes do arranjo produtivo local, e o turista, simplesmente, como consumidor de produtos e serviços. Esse tipo de cuidado com os estudos sobre esse tema deve, inclusive, ser também considerado no âmbito das políticas públicas.

Dessa forma, vale ressaltar ainda que, dez anos após aquele apoio via edital do Ministério do Turismo, foi lançada, em 2018, a "Chamada de propostas para fortalecimento de iniciativas de Turismo de Base Comunitária" (PNUD BRA 08/023), no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Dentre 32 propostas recebidas, nove projetos foram aprovados para a promoção e fortalecimento do TBC, em associação às UCs federais, em todo o país, balizados pelos princípios a seguir: (a) conservação da sociobiodiversidade; (b) valorização da história e da cultura; (c) protagonismo comunitário; (d) equidade social; (e) bem comum; (f) transparência; (g) partilha; (h) atividade complementar; (i) educação; (j) dinamismo cultural; (l) continuidade (BRASIL, 2018). Apesar de essa iniciativa ter colocado novamente o TBC no plano executivo da agenda pública e revelado novos projetos em curso, este ainda permanece como tema periférico nas políticas públicas setoriais no caso brasileiro.

Considerando esse panorama, é possível afirmar que, embora pareça haver uma tendência à modelização de propostas de TBC, a maioria das comunidades locais não só possui características e dinâmicas diferentes, como também produz as suas próprias formas de saber-fazer. Isso implica a necessidade de olhares cuidadosos para um tema que pressupõe uma multiplicidade de versões e traduções dessa prática, compreendendo as associações e dissociações entre os atores envolvidos e os seus movimentos de reinvenção para inspirar outros caminhos possíveis para um turismo refletido em ações de caráter emancipatório dos povos e comunidades tradicionais.

REFLETINDO SOBRE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Com a chegada da pandemia no Brasil, em fevereiro de 2020, as iniciativas de TBC foram suspensas. A condição de isolamento social inviabilizou a prestação de serviços de alimentação, de hospedagem e de passeios, a produção e venda de artesanatos e de produtos agroecológicos, entre outras atividades, que são fundamentais para a garantia dos benefícios econômicos e a integridade social e cultural local. Dessa forma, o cotidiano dos moradores locais e a dinâmica de organização comunitária foram afetados, deixando várias famílias, grupos informais e associações em situação de ainda mais fragilidade.

O enfrentamento da expansão da Covid-19, localmente, se tornou ainda mais complexo e desafiador em meio a vulnerabilidades econômicas e tensões políticas no país. Várias comunidades de TBC enfrentaram perda de empregos, insegurança alimentar e nutricional, problemas de saúde e morte de familiares, isolamento em suas casas, restrição no acesso ao território, turistas invasores, restrição da visitação, mudança de comportamento e conduta com o visitante, lenta imunização dos moradores, falta de assistência médica do poder público municipal (muitas comunidades não dispõem de posto de saúde), exploração doméstica e sexual, além de ameaças da especulação do território terrestre e marinho por meio dos grandes empresários, madeireiros e de usinas de

energia eólica, bem como o próprio desmonte das políticas públicas ambientais, que garantem os direitos constitucionais dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

Frente a esse quadro preocupante e aos sucessivos processos de dominação e de negação desses grupos, os atores entrevistados refletiram sobre a sua própria existência e as lutas pelos seus direitos, contribuindo para a construção de novas leituras sobre as realidades do TBC brasileiro.

Uma característica marcante de diversas iniciativas de TBC pelo Brasil é a sua localização em áreas ameaçadas pelo grande interesse econômico e especulação imobiliária ligada ao turismo ou outro tipo de exploração de recursos naturais e produção de *commodities*. A pandemia fez com que isso fosse exacerbado em alguns casos. A especulação imobiliária se fez presente, neste momento, principalmente em unidades de conservação da natureza, nas quais os moradores contribuem para a conservação e salvaguarda dos atributos naturais e culturais dos territórios protegidos. A título de exemplo, o porta-voz do Núcleo Étnico Rota da Liberdade (BA) relatou como essa questão sempre esteve presente nos territórios, sendo acirrada nesses tempos de pandemia.

> "A gente recebeu um grupo de empresários e eles viram a vista que se vê as 19 comunidades. Eles perguntaram quanto era para eles comprarem aquilo tudo. Disse que não tinha nada para vender. É assim que eles chegam dentro da comunidade. Eles não aguentam ver uma área preservada, porque já destruiu tudo deles. Aí não aguenta ver uma área preservada. Por aqui é muito cobiçada essa nossa região sabe, porque é uma região de manguezal, uma região de mar, tem muito manguezal e é uma região que tem toda uma reserva extrativista. A gente preserva muito as comunidades quilombolas, porque a gente não consegue sobreviver sem cuidar da preservação ambiental e aí por isso tem muitas ruínas de engenho na beira do mar, e eles só vêm pra querer colocar *resort*. Se eles vêm para querer colocar pousada ou *resort*, eles têm que entender que quem tem que colocar é a gente, é a comunidade, não é vocês. Se o governo tá discutindo isso pra vocês colocar um *resort* aqui, o governo paga pra gente fazer uma estrutura de *resort* e a gente administra, porque é da comunidade e não vamos vender nada pra você, mas se a gente não tiver pé firme mesmo eles chegam atropelando tudo, né (...)" (Entrevistado F).

A entrevistada da Rede Tucum evidencia como esta problemática se apresenta de forma mais violenta em momento de maior vulnerabilidade impulsionada pela Covid-19.

> "Diante dessa pandemia ainda tem muitas ameaças acontecendo, muita especulação acontecendo, tem muita coisa rolando nos bastidores que a gente precisa estar atento acompanhando. A zona costeira sempre sofre por conta das ameaças, as empresas se aproveitam da fragilidade das comunidades, então a gente tem que estar sempre atento às novidades que chegam. Sempre tem uma notícia de que usina eólica está sendo implantada, que está ameaçando um rio ou uma comunidade. Então, pra gente é muito importante ter nosso manguezal garantido, nossos ecossistemas preservados, que a pesca seja sempre sustentável. A gente tem nossa lagosta, pra que os pescadores tenham seu jeito de viver e a sua soberania alimentar garantida" (Entrevistada H).

Esse posicionamento da Rede Tucum sinalizou que as comunidades do litoral leste a oeste do Ceará foram ainda mais pressionadas a vender suas terras para dar lugares

a *resorts* e parques. A posse da terra, o direito ao local herdado e ao trabalho por meio do turismo comunitário são temas constantes de luta. Situações como essa podem ser exemplificadas, historicamente, em uma das comunidades pesqueiras da Tucum, a Prainha do Canto Verde (CE): "A terra é nossa e não abrimos mão dela" (Mendonça, 2004, p. 81). Dessa forma, os empreendimentos/negócios do tipo *resorts* são vistos como "inimigos" e modelo socioeconômico excludente em contraposição aos pequenos negócios socioprodutivos locais e comunitários, que fazem parte do TBC. As comunidades locais vêm, ao longo do tempo, agenciando as suas formas de resistir e conviver tanto com a pressão de um modelo de especulação de terra quanto com a de um padrão hegemônico de turismo, e, recentemente, com o crescimento da infecção pelo novo coronavírus.

Os povos e comunidades tradicionais são mais vulneráveis a viroses, especialmente a infecções respiratórias como a Covid-19 (OXFAM, 2020). O governo federal instituiu a Lei nº 14.021, de 7 de julho de 2020, que dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas, comunidades quilombolas, pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19 (Brasil, 2020). Mesmo assim, para atender às necessidades básicas e aos cuidados de isolamento social e de prevenção do vírus desses grupos afetados, fóruns e redes em defesa de povos indígenas e comunidades tradicionais em articulação com diferentes entidades, universidades e apoiadores resistiram e lutaram por meio da promoção de campanhas solidárias em prol de arrecadação financeira, de alimentos e itens de higiene e remédios. Esse foi o caso da Coordenação de Povos Indígenas de Manaus e entorno (AM), do Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira (SP), do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (RJ), da Rede Mineira de Turismo de Base Comunitária (MG), da Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária (RJ), da Rede de Turismo Comunitário da Bahia (BA), dentre outros.

O resgate e a criação de novos laços de solidariedade e união foram ainda mais fortalecidos com a chegada da pandemia, como uma maneira das comunidades locais se ajudarem e protegerem os seus territórios. O apoio das redes foi importante também para que essa troca e cuidado acontecessem, conforme ressaltado pelos porta-vozes da Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária (RJ) e da Associação de Auxiliares e Guias de Ecoturismo de Mamirauá (AM).

> "Para mim esses laços eles vêm de longe, né. Essa solidariedade entre as comunidades não é uma coisa que é de agora, né. Agora a gente está se organizando diante da situação que você tem, qual é a melhor forma como que a gente consegue viver aí juntos dando as mãos, ninguém larga a mão de ninguém (...)" (Entrevistada I).
>
> "Hoje a gente está refletindo e vendo que a gente depende um do outro. E essa pandemia trouxe mais união pras pessoas conseguirem entender que, eles tendo, têm que ajudar quem não tem. E aí a gente pra formar essa corrente precisa se unir mais e foi uma coisa que aconteceu, a gente se uniu mais, teve mais união. Então, Mamirauá se uniu com outras associações, buscou ONGs pra doar as cestas básicas. As comunidades já eram unidas, mas hoje a gente vê que um fica mais preocupado

> com o outro, vê o que tem pra comer e o que não tem, quem tem vai lá e ajuda. Isso foi bem importante" (Entrevistada B).

Os laços de solidariedade, que têm origem no passado, na ancestralidade, e que levam à construção de redes de solidariedade, interlocução e trabalho com atores sociais diversos são fontes que alimentam, fortalecem e mantêm o TBC. Assim, o trabalho e a vivência coletiva se reafirmaram como fatores primordiais no TBC.

Nessa dinâmica, vários apoios, estratégias e medidas foram adotados pelas iniciativas de TBC investigadas: assistência no cadastro do Auxílio Emergencial Covid-19; reflexão entre as comunidades sobre como é trabalhar com turismo e trabalhar sem turismo; construção de protocolos de segurança para comunitários e visitantes; dedicação às atividades de agricultura familiar, agroecologia, pesca e economia solidária; investimento em formações, capacitações e planejamento de atividades; terapias integrativas de cuidados com a saúde física, mental e psicológica; construção de barreiras sanitárias para impedimento de entrada de pessoas de fora; foco no fortalecimento da base comunitária, familiar e amigos; apoio de instituições públicas, organizações não governamentais e operadoras de viagens; oferta de roteiros virtuais para escolas e público em geral; venda *on-line* de artesanato e organização de eventos virtuais, participação em *lives*. Esse movimento de possibilidades está explicitado nos seguintes depoimentos:

> "Estamos discutindo o protocolo de segurança. Já 'foi' vendido alguns pacotes anos passado. Mas ainda vamos ver. Se a vacina dentro do Estado avançar, a gente vai começar receber dentro de um limite. Não vai ser 100%, vai ser 35 a 40 % de pessoas por vez. Com álcool em gel, tudo certinho. Não ter muito contato com essas pessoas. Estamos pensando na questão da segurança porque é muito importante. Mas por enquanto está parado. Já tem escola que se manifestou. Falamos não. O que vai definir nosso turismo é a questão da vacina. Aí vamos começar a pensar para se fazer que o turista venha para cá" (Entrevistado D).

> "A gente recebeu em algumas comunidades que a gente conseguiu né, com todos os cuidados, todos os municípios aqui no Ceará adotaram algumas normas, alguns protocolos, e que tem sido definido por cada município e nós da Rede Tucum definimos, né, um protocolo nas comunidades que iam receber seus visitantes. Então, conseguimos cumprir todas as normas, todos os cuidados, garantir todos os cuidados, todas as precauções de distanciamento, tudo de máscara, do álcool, todas as regras possíveis pra tentar garantir toda segurança do visitante quanto das pessoas da comunidade" (Entrevistada H).

> "(...) Teria sim que trabalhar com protocolos, a gente faria toda uma capacitação, toda uma orientação para dizer quais seriam os protocolos e como a gente adaptaria para as comunidades caso houvesse interesse em trabalhar com a retomada durante o processo de vacinação" (Entrevistado G).

A imunização tardia contra a Covid-19 repercutiu na insegurança de as experiências de TBC pesquisadas abrirem as portas e receberem visitantes, o que levou algumas a permanecerem fechadas em determinado período e outras a realizarem as suas atividades de forma limitada. Por outro lado, a pandemia provocou que essas comunidades se dedicassem a outras atividades, o que revelou à potencialidade de novas produções associadas ao TBC, como a de alimentos orgânicos.

> “Com a pandemia, algumas famílias desanimaram. Mas a gente sempre se comunica nos grupos. Com relação aos visitantes todos estão com bastante medo. Tem muitas pousadas que não estão recebendo ninguém. Porque, sabe, assusta mesmo, e a gente quando tá isolado tá se mantendo saudável, né. Então, muitas vezes é mais válido ter saúde e não ter dinheiro, não ficar girando dinheiro do que tu tá trabalhando e tá com algum problema de saúde. Por outro lado, o que eu percebi com essa pandemia foi o seguinte: O produto orgânico ganhou um grande valor, sabe, muito valor. Então, tem muita gente vindo comprar esse alimento que reforça a saúde das pessoas. Então, por um lado a gente perdeu porque estamos com menos visitantes em cada pousada, mas por outro lado a gente ganhou na venda dos produtos. Agora, a gente conversa de longe, não senta mais junto pra comer, ninguém se toca, todo mundo de máscara, com placa, as pessoas permanecem muito menos tempo no refeitório do que antes, que era quase uma confraternização. É muito estranho” (Entrevistada A).

A narrativa da entrevistada A, da Associação Acolhida na Colônia, coaduna com a percepção do entrevistado C, da Fundação Casa Grande (CE). Além de compartilhar sobre a insegurança e a instabilidade causada pela ausência de visitantes, ele retratou a importância de o TBC constituir uma atividade complementar; caso contrário, isso poderia resultar em um impacto econômico local mais avassalador do que a atual realidade proporcionada pela Covid-19.

> “(...) No primeiro momento houve esse impacto mesmo, que até mesmo a gente enquanto a gente profissional de turismo sabe, é uma ameaça ao turismo, e quando isso acontece gera um impacto, então todo mundo não tava entendendo o que tava acontecendo. No segundo momento passa a não acreditar, e aí a gente enquanto anfitrião mesmo começa a dialogar sobre isso, e gente entender dentro das nossas práticas a importância da atividade turística. É uma atividade complementar, então a gente sempre acreditou que não poderia ser diferente, e só poderia ser uma atividade complementar” (Entrevistado C).

Assim como, no Quilombo Ivaporunduva (SP), o turismo complementa a agricultura, a principal atividade que gera benefícios socioeconômicos para os moradores locais, na Rede Caiçara de Turismo Comunitário Paranaguá (PR), a pesca é a principal atividade que gera renda para as famílias locais. Como também, pela Associação de Auxiliares e Guias de Ecoturismo de Mamirauá, as atividades produtivas de base como a pesca e a agricultura passaram a ser as alternativas de compensação pela “falta” do turismo na Pousada Uacari. Mesmo diante de uma prática de complementariedade e não de substituição às atividades tradicionais, a entrevistada I da Rede Nhandereko mencionou que, no caso do Quilombo do Campinho (Paraty), por exemplo, o impacto socioeconômico da pandemia Covid-19 sobre a visitação do turismo comunitário e vidas locais foi expressivo. Ou seja, os visitantes que são a maior ameaça da propagação do vírus também são a principal fonte de renda das iniciativas de TBC, que viram a necessidade de fechar os seus territórios.

> “A gente tinha um grupo agendado pro ano todo, por exemplo, aqui no Campinho, sabe, e simplesmente foi tudo cancelado. No Quilombo do Campinho, na verdade, o turismo de base comunitária já está parado há 1 ano, né. A gente parou no dia 16 de março de 2020. Então, está bem difícil para a questão econômica da Rede” (Entrevistada I).

Podemos, assim, considerar que a escolha do TBC como atividade complementar e não de substituição também está relacionada a uma forma de resistência ao discurso "civilizatório" do turismo como salvação, conforme salientado em Mendonça (2010).

Essa condição traduz uma proposta de turismo que não possui apoio institucional e político, que assegure a sua manutenção e proteção, o que demandaria o desenho e a efetivação de políticas públicas. As políticas públicas de TBC ainda são muito escassas. Isso foi evidenciado pela entrevistada H da Rede TUCUM:

> "(...) No cenário nacional, a gente não tem muitas expectativas, infelizmente. A gente acredita que a partir do estado a gente consiga priorizar, fazer algumas conquistas nesse sentido. Aqui no Ceará a gente tem dialogado com alguns políticos pra elaborar a nossa Lei Estadual de Turismo de Base Comunitária, né, encaminhamos uma proposta, está tramitando na Câmara Legislativa e a gente acredita que logo, logo será aprovado e a gente vai poder garantir algumas alternativas pra nossas comunidades" (Entrevistada H).

Por outro lado, mesmo passando por uma pandemia e pelo desmonte das políticas públicas para os povos das terras, das águas e da floresta, que fragilizou e limitou a prática do TBC, parece que o interesse pelo seu reconhecimento e regulamentação é crescente junto ao Poder Legislativo, em vários estados, tendo em vista a aprovação da Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado do Rio de Janeiro (Lei nº 7.884/2018), da Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado da Bahia (Lei nº 14.126/2020), da Política Estadual de Turismo de Base Comunitária de Minas Gerais (Lei nº 23.763/2021), da Política Estadual de Turismo de Base Comunitária de Goiás (Lei nº 21.052/2021), além da proposição de Projetos de Lei com este enfoque, em fase de tramitação, nos estados de São Paulo, Paraná, Ceará, Espírito Santo e Tocantins, e da aprovação de algumas políticas municipais específicas em Minas Gerais, São Paulo e Maranhão. Para tanto, colocar essas leis em prática é o grande desafio atual, traduzindo como as comunidades locais pensam o turismo, o que desejam e onde querem chegar. Isso porque, segundo Melo, Oliveira e Barbosa Jr. (2018, p. 83), "qualquer proposta que não esteja ancorada nas aspirações e necessidades do seu povo estará fadada ao fracasso".

De todo modo, estamos discutindo também uma questão de saúde pública em que o acesso à saúde e às questões que a envolvem como uma condição de qualidade de vida para as comunidades locais ainda é um problema. Muitas dessas realidades ainda sofrem pela falta de infraestrutura básica e de serviços de atenção primária à saúde, conforme relata o entrevistado C da Fundação Casa Grande (CE): "O sistema de saúde que a gente tem hoje, a gente não pode esperar nada dele, o público e o privado. A gente nem fala o privado porque não tem esse mérito." Por isso, muitos entrevistados reforçaram a importância da coletividade para manter os seus moradores saudáveis, de todos se ajudarem e juntos conseguirem alternativas que sejam positivas para todas as pessoas da comunidade, como as medidas protocolares básicas de biossegurança.

A compreensão das novas relações e mudanças sofridas nos modos de existência desses grupos envolvidos nas experiências de TBC estudadas durante a pandemia também nos levou a observar o perfil desejado dos visitantes aguardados. Na análise das

lives, rastreadas em 2020, foi identificado nas vozes de vários atores sociais envolvidos com o turismo, principalmente agentes e operadores de viagens, que o TBC seria a tendência de maior procura por viagens no contexto pandêmico e pós-pandêmico, partindo do princípio de um novo perfil de consumidor que passaria a buscar por hábitos, experiências e viagens sustentáveis.

Para ilustrar esse argumento, na Acolhida da Colônia (SC), uma das características apontadas no perfil do visitante é a alteração na classe social e a outra é a relação com alimentação saudável. Para a Fundação Casa Grande, "eu não acho que vai ser tendência, não, o cenário que a gente vê tendo um grande cuidado nosso é a classe média do país, que é uma classe bem preocupante, pessoas que estavam aprendendo e abrindo o olho para uma forma diferenciada de viajar" (Entrevistado C).

Assim, percebemos que a maioria dos entrevistados defendeu a busca pela manutenção do visitante, que já estava acostumado a valorizar esse tipo de experiência, com compromisso social e responsabilidade no seu comportamento durante a visita, conforme os depoimentos adiante.

> "...que não traga nada, que só venha preparado para ouvir, buscar relações de equidade assim, igualdade, esse é o foco nosso aqui. Recebemos pessoas e tentamos sempre enquadrar as comunidades, a juventude, pessoas que venham em busca desse encontro mesmo. A gente tá hoje disponível a conversar sobre isso com os nossos visitantes, acreditar nos valores. É a oportunidade da gente contar a história de um Brasil profundo, de um Brasil de dentro. Então, eu acho que é a única forma de entender qual contexto a gente tá inserido enquanto território. Acho que o caminho de entrada é através do turismo de base comunitária, porque na escola a gente foi treinado e preparado pra entender o que é o Brasil a partir do Brasil Colônia. Só o turismo de base comunitária dá essa oportunidade da gente conhecer esse Brasil de dentro" (Entrevistado C).
>
> "...pessoas comprometidas que quando vêm 'gosta' de deixar sua marca de compromisso na comunidade, de querer entender e vivenciar nossas populações tradicionais. É esse público que a gente gosta e quer fortalecer, são nossos parceiros que ajudam firmes e fortes a manter nossas comunidades" (Entrevistada H).
>
> "(...) a gente coloca como pontos cruciais contar a nossa história para os visitantes, mostrar a nossa realidade de conflitos, por exemplo, fazendeiros, mineradores, hidronegócio, agronegócios, mostrar isso historicamente. Como é difícil mostrar os processos de opressões que somos submetidos, e que ainda hoje 'acontece'! Eu acho que essas questões devem estar sempre latentes, sempre firmadas e reafirmadas ao turista, porque essa história muita gente não conhece. Ela foi negada e é negada ainda hoje" (Entrevistada E)
>
> "A gente trabalhou bastante essa questão de que tipo de turista quer receber. A gente está falando de turismo de base comunitária e não de turismo luxuoso. As comunidades têm as suas regras e o turista tem que aceitá-las e eles queriam um turista que respeitasse e não fosse de massa e nem sazonal, principalmente no litoral. A gente quer um turista responsável. A gente quer um turista legal para visitar essas comunidades" (Entrevistado G).

Mas, também, que valorize a experiência vivida do ponto de vista econômico, de acordo com o relato seguinte:

> "(…) a gente entende hoje que a gente precisa de um público que paga o valor que precisa ser pago assim pelo trabalho, né. Então, não sei te dizer, a gente está fazendo aí essa pesquisa de mercado, lendo os relatórios e tentando entender quais os públicos que a gente precisa buscar. Esse ano, a gente está atuando nessas frentes, né, o plano de negócios, plano de estabilidade de cinco roteiros para iniciar a central e deixar tudo pronto, né, deixar tudo pronto para que a hora que essa pandemia for embora, a gente possa fazer um grande lançamento com muita comemoração, com muito samba, com muito coral" (Entrevistada I).

Além disso, alguns entrevistados destacaram uma simpatia maior em receber estudantes para que ocorra uma troca de conhecimento entre a comunidade e pessoas do meio estudantil.

No âmbito das *lives*, percebemos ainda que o fato de o TBC ter sido difundido como uma "atividade" que tende a ser promissora no contexto pós-vacina pode constituir, por outro lado, um risco, tornando-se um tema polêmico nesses espaços de debate. Portanto, ainda que alguns interlocutores pesquisados tenham mencionado que existe otimismo para a retomada do TBC, essa aposta deve ser debatida sob o compromisso de sustentabilidade e o olhar das próprias comunidades envolvidas, a fim de não cometer equívocos do mercado convencional de agências de turismo de explorar seus territórios de qualquer jeito e a qualquer custo, o que exige necessariamente aprender a respeitar o tempo das coisas.

> "Acredito que a retomada será bem lenta. Até porque ficamos bem afastados no sentido de que antes acontecia uma reunião mensalmente nessas comunidades e agora nenhuma. Isso aí já faz um ano. A gente ia voltar a ter essas reuniões, mas até agora a gente não retornou isso. A gente não consegue ter contato virtual por conta do acesso à internet nessas comunidades. Então, no momento não teve nenhum movimento para falar sobre retomada" (Entrevistado G).

Assim, nesse movimento de transição, o TBC foi traduzido também como uma proposta de turismo "contracolonialista", ou seja, "contra todas as opressões que existem na nossa sociedade, porque cada vez nesse momento de pandemia a gente tá vendo de certo modo a valorização nos territórios ligados ao turismo, as pessoas falando no Turismo de Vivência, Turismo de Experiência, no TBC" (Entrevistada E). Para tanto, foi reforçado que o TBC se baseie, cada vez mais, em uma "raiz comunitária" (Entrevistada E) e que não seja apenas um novo conceito que reproduza práticas de exploração desses grupos nos moldes do turismo convencional.

Além disso, a presente investigação resultou em novas lacunas de pesquisa, que se traduzem em algumas questões desafiadoras para a reflexão entre esses grupos de TBC no pós-Covid-19: Com o que a comunidade mais se importa? Do que a comunidade depende para sua própria manutenção da vida e para o TBC? Contra quem e contra o que a comunidade deverá lutar pelo TBC? Quais são os arranjos e parcerias comerciais a serem escolhidos e adotados pelas iniciativas? Como construir políticas público-comunitárias?

Nesta direção, parece-nos importante construir outro presente-futuro de TBC, aprendendo a olhar para as práticas experimentadas, no passado, reconhecendo algumas

histórias e percursos, não pelo compromisso com a repetição dos mesmos caminhos, mas sobretudo pela possibilidade de levar adiante esse processo mediado pelas transições em curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A continuidade da pesquisa sobre turismo de base comunitária face à pandemia da Covid-19 (2020-2021) foi uma escolha política arriscada e corajosa. A perspectiva da visão de mundo comumente difundida, construída na interface do crescimento do turismo como caminho para o desenvolvimento, mediante a livre circulação de turistas por todos os lugares, foi desmistificada e se tornou algo tão velho, algo tão novo. Negar a necessidade de transformação do turismo seria cair no obscuro e no contraditório. Sendo assim, este artigo emergiu da humildade, da curiosidade e do acolhimento de interesses públicos mais amplos sobre essa temática.

Em meio às mudanças geradas nesses tempos incertos, experimentamos uma reflexão à luz da Teoria Ator-Rede sobre os processos coletivos realizados nas práticas de TBC, rastreando os seus enfrentamentos, conexões e estratégias adotadas pelas comunidades locais.

A realidade imposta pela pandemia investigada fez com que os grupos envolvidos no TBC imaginassem gestos e barreiras não apenas contra o coronavírus, mas também contra o retorno de cada elemento derivado do histórico modo de produção capitalista que continua ameaçando a sua sobrevivência. Assim, foi possível afirmar que o TBC no Brasil é composto de territórios em luta, ultrapassando fronteiras temporais e espaciais.

Diante do enfrentamento de problemas que impactaram as suas vidas e também as iniciativas de TBC, os questionamentos em torno dessa prática como principal atividade e alternativa de renda vieram à tona, evidenciando a necessidade de essa prática constituir, realmente, uma ação complementar às demais produções associadas. A pausa forçada durante a pandemia proporcionou a alguns entrevistados tempo para descanso e dedicação a outras atividades, como foi o caso da produção agroecológica, pesca artesanal, produção de artesanatos e plantio de roça. Dessa forma, foi possível reafirmar que o TBC se articula às demais atividades produtivas de determinado lugar turístico, as quais, por sua vez, manifestam-se nas práticas cotidianas locais, capazes de mobilizar ações nas dinâmicas em transformação.

Destacamos, também, a inserção em ações coletivas solidárias na identificação de demandas locais e a seu atendimento, como distribuição de cestas básicas. Para isso, percebemos como o papel da mulher foi fundamental para as interlocuções e ações mais importantes na sua localidade, embora essa questão ainda seja tratada de forma periférica nas pesquisas em TBC.

Nesse processo de reconstrução do TBC, surgiram inúmeras preocupações, desafios e possibilidades para (re)orientação dessa prática, de forma a articular e tecer experiências múltiplas em bases sustentáveis, as quais estão elencadas adiante:

- manutenção dos princípios e valores comunitários para a realização do trabalho em grupo e da construção de laços familiares e de solidariedade, convivendo e fortalecendo o sentido de coletivo;
- acesso e inclusão digital das comunidades locais necessários para a promoção de canais de comunicação e marketing com outros grupos de TBC, possíveis parceiros, apoiadores, visitantes e demais interessados em dialogar;
- Perfil dos visitantes esperados que privilegie a troca, o diálogo e o encontro com as comunidades visitadas;
- desenho de políticas públicas de turismo de base comunitária não assistencialistas, que devem ser ampliadas para outros municípios, estados, e instituindo-as na esfera federal. Essas políticas devem se constituir de forma intersetorial, incluindo ações nas áreas de saúde, saneamento básico, infraestrutura de transporte, entre outras. Isso porque as condições de saúde das comunidades envolvidas refletem diretamente em sua qualidade de vida para que seja viabilizado o TBC;
- regulamentação e apoio ao TBC via secretarias de turismo e outras instâncias de governança, de forma que incluam essa prática na agenda do turismo no âmbito do poder executivo, em diferentes esferas de atuação;
- definição de estratégias e políticas comunitárias enraizadas localmente, no sentido de reivindicar, lutar e garantir os direitos dos povos e comunidades tradicionais implicados no TBC; entendemos que cada um dos atores atuantes no TBC tem a sua própria maneira de perceber o que é de interesse para o local e de definir o seu entrelaçamento com os atores envolvidos;
- aumento do nível de participação e mobilização, que respeite e ouça a comunidade para a reconstrução do TBC, compreendendo o momento sensível de emoções, medo e ansiedade, mas também de otimismo para a retomada do turismo;
- construção de normas e protocolos (não apenas de biossegurança) para que o TBC ocorra de forma segura, protegida e responsável tanto para a comunidade local como para quem vem de fora, como os visitantes;
- comercialização de produtos e serviços associados ao TBC baseados na economia solidária, no comércio justo, em negócios sociais e outras alternativas aos padrões convencionais de relação de mercado, acolhendo parcerias e trabalho em rede com entidades conexas às propostas fundadas com esse alinhamento.

O coletivo complexo de discursos e práticas de TBC revelou uma aposta promissora pós-Covid-19. No entanto, “tomara que não voltemos à normalidade”, como afirma Krenak (2020, p. 11). “O desafio é muito mais vital, mais existencial – e também muito mais compreensível, pois muito mais direto”, explicita Latour (2020, p. 17). Em vista disso, ao situarmos no TBC, nos inspiramos nessa filosofia latouriana, quando ele advoga

ser necessário definir um “terreno de vida”, listando aquilo que é preciso para sua subsistência, e, consequentemente, aquilo que está pronto para defender, a fim de promover alianças politicamente capazes de incorporar a justiça social como algo decisivo à manutenção de uma Terra da qual compartilhamos.

Nos inspiramos, ademais, em Krenak (2019, p. 16), ao defender a diversidade, a diferença e que “é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações”, atraindo “uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida”. Estes se constituem elementos efetivos que fortalecem, visibilizam e pluralizam as iniciativas de TBC e suas lutas associadas movidas por jogos de interesse e de poder, que produzem uma dinâmica particular na composição dessa prática.

De tal modo, as mudanças geradas pela pandemia implicaram também novas realidades para as pesquisas em TBC. Os efeitos da pandemia não poderão mais ser ignorados nas pesquisas sobre esse tema. Sendo assim, pressupomos que fazer pesquisa em TBC implicará mover-se por um campo investigativo de novas incertezas e processos coletivos de resistências, lutas, intervenções e conexões, a fim de reescrever caminhos possíveis para ampliar a reflexão sobre a realidade dessa prática, que poderá ser retomada ou mesmo criada a partir do zero, no cenário pós-vacina Covid-19.

REFERÊNCIAS

BAGAGEM. *Encontro da Rede Turisol Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário*. São Paulo: Projeto Bagagem, 2010.

BAGAGEM. *II Encontro Turisol Brasília*. São Paulo: Projeto Bagagem, 2015.

BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. (org.). *Turismo de base comunitária*: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BARRETTO, M. *Cultura e turismo*: discussões contemporâneas. Campinas: Papirus, 2007.

BRANDÃO, C. R.; LEAL, A. Comunidade tradicional: conviver, criar, resistir. *Revista da ANPEGE*, v. 8, n. 9, p. 73-91, 2012.

BRANQUINHO, F. T. B.; LACERDA, F. K. D. de. A contribuição da teoria ator-rede para as pesquisas em educação. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 3, p. 49-67, 2017.

BRASIL. *Lei nº 14.021*, de 7 de julho de 2020. Brasília, 27 de agosto de 2020. Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14021.htm. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL, ICMBIO. *Edital Chamada de proposta para fortalecimento de iniciativas de turismo de base comunitária*. Brasília: MMA/ICMBIO, 2018. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/noticias/2017/Edital_projetos_de_Turismo_de_Base_Comunitaria_161117.pdf. Acessado em: 21 ago. 2020.

BRASIL. *Edital de Chamada Pública de Projetos Mtur/nº 001/2008* – Seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de Turismo de Base Comunitária. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

CAÑADA, E. La comercialización del turismo comunitario en América Latina. *Anuario de Estudios Centroamericanos*, 41, p. 159-189, 2015.

CORIOLANO, L. N.; LIMA, L. C. *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza: Eduece, 2003.

COSTA NOVO, C. B. M.; CRUZ, J. G. da. *III Encontro de Turismo Comunitário na Amazônia*: protagonismo das populações tradicionais e povos indígenas. Manaus: ESAT/UEA, 2013.

DIEGUES, A. C. O turismo socialmente responsável e inclusão das populações tradicionais. *In*: LIMA, L. C.; CORIOLANO, L. N. M. T. (org.). *Turismo e desenvolvimento social sustentável*. Fortaleza: Eduece, p. 22-27, 2003.

DORIA, C. R. C. *Viabilidade do Ecoturismo como alternativa de renda para comunidades na Amazônia*. 2004. 289 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

FLETCHER, R.; MURRAY, I.; BLÁZQUEZ, M.; BLANCO, A. Turismo, decrecimiento y la crisis del Covid-19. In: CAÑADA, E.; MURRAY, I. *#TourismPostCOVID19*. Turistificación confinada. Barcelona: Alba Sud Editorial. Colección Turismos, p. 259-263, 2021.

FONTOURA, A. G. C. Mesa 2 "Redes de turismo comunitário no Brasil": A experiência da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Turisol). Participação no Projeto Bagagem, Fórum Global sobre Turismo, Fórum Social Mundial, Belém-PA, 2009.

GUZZATTI, T. C. *O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural:* sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um programa de agroturismo nas encostas da Serra Geral Catarinense. 168 f. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

HIGGINS-Desbiolles, F. A dualidade do turismo. *In*: *Anais do Seminário Internacional Turismo e direitos num mapa de contradições*. São Paulo: Sesc, p. 20-22, 2018.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? *In*: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (ed.). *Turismo de base comunitária:* diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 108-121, 2009.

IRVING, M. de A.; MORAES, E. A. de. Apresentação. *In*: BRASIL. *Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação Federais:* caderno de experiências. Brasília: MMA, ICMBIO, p. 14-18, 2019.

JAMAL, T.; BUDKE, C. Tourism in a world with pandemics: local-global responsibility and action. *Journal of Tourism Futures*, v. 6, nº 2, p. 181-188, 2020.

KRENAK, A. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOUR, B. *Onde aterrar? Como se comportar politicamente no Antropoceno.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LATOUR, B. *Reagregando o social:* uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: Edufba; São Paulo: Edusc, 2012.

LIMA, R. P. *Turismo de base comunitária como inovação social*. 2011. 191 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MARUPIARA: Revista Científica do Centro de Estudos Superiores de Parintins. **Anais do IV Encontro de Turismo Comunitário da Amazônia**: protagonismo das populações tradicionais e povos indígenas. Parintins (AM): UEA, ano 7, nº 6, 2014.

MEDEIROS, L. S. de. Movimentos sociais no governo Bolsonaro. *Revista da ANPEGE*, v. 16, nº 29, p. 490-521, 2020.

MELO, T. S. de. *O Turismo e a pandemia:* uma análise em tempo real. São Paulo: Turismo Social – Sesc-SP. Vídeo (12 min 34 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-qzLPyLsARU. Acesso em: 27 maio 2020.

MELO, T. S. de; OLIVEIRA, A. R. de; BARBOSA Jr., R. Cooperação sul-sul entre Brasil e Moçambique: da (in)segurança territorial à alteridade construída pela soberania popular. *Revista da ANPEGE*, v. 14, n. 24, p. 83-114, 2018.

MENEGASSO, J. D.; SUTIL, T.; SILVA, J. G. S. da; LADWIG, N. I. Turismo em áreas protegidas e os impactos da Covid-19. *In*: SUTIL, T.; LADWIG, N. I.; SILVA, J. G. S. da (org.). *Turismo em áreas protegidas*. Criciúma, SC: Unesc, p. 14-33, 2021.

MENDONÇA, T. C. de M. *Turismo e participação comunitária:* Prainha do Canto Verde, a "Canoa" que não quebrou e a "Fonte" que não Secou? 2004. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MENDONÇA, T. C. M. *Que paraíso é esse:* a turismização da Ilha Grande. 2010. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MENDONÇA, T. C. de M. *et al*. *Relatório final do projeto:* o estado da arte do Turismo de Base Comunitária no litoral do Estado do Rio de Janeiro: abordagem téorico-conceitual, político-organizacional e iniciativas em curso (Período: agosto/2013 – julho/2014). Nova Iguaçu: UFRRJ: agosto, 86 p., 2014.

MENDONÇA, T. C. de M.; MORAES, E. A. Reflexões emergentes sobre Turismo de Base Comunitária, à luz da experiência no "Paraíso Proibido": Vila do Aventureiro – Ilha Grande – Brasil. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, v. 2, nº 17/18, p. 1169-1183, 2012.

MORAES, E. A. de. Siga os atores e as suas próprias ações: nos rastros das controvérsias sociotécnicas do Turismo de Base Comunitária na Rede Tucum – Ceará – Brasil. 2019. 347 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Programa Eicos, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MORAES, E. A. de; IRVING, M. de A. Turismo de base comunitária: entre utopias e caminhos possíveis no contexto brasileiro. *In*: IRVING, M. de A.; AZEVEDO, J.; LIMA, M. A. (org.). *Turismo:* ressignificando sustentabilidade. Rio de Janeiro: Folio Digital/Letra e Imagem, p. 317-345, 2018.

MORAES, E. A. de; IRVING, M. A.; MENDONCA, T. Turismo de base comunitária na América Latina: uma estratégia em rede. *Turismo: Visão e Ação*, v. 20, p. 249-265, 2018.

MORAES, E. A. de.; IRVING, M. A.; PEDRO, R.; OLIVEIRA, E. Turismo de Base Comunitária à luz da Teoria Ator-Rede: novos caminhos investigativos no contexto brasileiro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 122, p. 145-168, 2020.

NASH, D. Tourism as an anthropological subject. *Current Anthropology*, n. 22, 461-481, 1981.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Edição em 25 de setembro de 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org. Acesso em: 27 dez. 2016.

OXFAM Brasil. Entenda como a pandemia de coronavírus afeta as comunidades tradicionais. São Paulo, 2 set. 2020. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/blog/entenda-como-a-pandemia-de-coronavirus-afeta-as-comunidades-tradicionais/. Acesso em: 11 nov. 2022.

PANOSSO NETTO, A.; OLIVEIRA, J. L. S.; SEVERINI, V. F. Do *overtourism* à estagnação: reflexões sobre a pandemia do coronavírus e o turismo. *Cenário*. Brasília, v. 8, nº 14, 17-34, 2020.

SAMPAIO, C. A. C. Perspectiva do turismo comunitário, solidário e sustentável. *In*: SAMPAIO, C.; HENRÍQUEZ, C.; MANSUR, C. *Turismo comunitário, solidário e sustentável*. Blumenau: Edifurb, p. 23-30, 2011.

SANTIAGO, M. C. de S. *Turismo de base comunitária*: perspectivas teórico-conceituais presentes no livro "Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras". Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Turismo). 95 p. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Brasil, 2015.

SANSOLO, D. G. Turismo e sustentabilidade na Amazônia: um novo conteúdo territorial e a experiência no município de Silves, Amazonas. *PASOS*, v. 1, n. 1, p. 39-50, 2003.

SILVA, J. S. *et al*. (org.). Declaração de Fortaleza. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE

TURISMO SUSTENTÁVEL, 2., 2008, Fortaleza. *Anais*... Fortaleza: Instituto Terramar, FDZC, 2008.

SCHARER, R. Economia solidária e turismo de base comunitária: uma experiência brasileira. *In*: LIANZA, S. (org.). *PAPESCA em Ação II*. Rio de Janeiro: Soltec/UFRJ, p. 60-67, 2015.

VERAS, A. Anais do Encontro de Turismo Comunitário da Amazônia. Boa Vista: EdUFRR, v. 1, nº 2017.

SOBRE OS/AS AUTORE/AS

EDILAINE ALBERTINO DE MORAES – Professora Adjunta do Departamento de Turismo no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais. Formação interdisciplinar, com Bacharelado em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Especialização em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins; Mestrado e Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pelo Programa EICOS, que é Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Leciona nos cursos de bacharelado em Turismo, em Ciências Humanas e Administração Pública da UFJF. Coordena o Grupo de Pesquisa e extensão TBC-REDE (CNPq/UFJF/UFRRJ).

E-mail: edilaineturmoraes@hotmail.com

TERESA CRISTINA DE MIRANDA MENDONÇA – Professora associada do Departamento de Administração e Turismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Possui graduação em Turismo pela Universidade Estácio de Sá (1989), mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – Programa EICOS/IP/UFRJ (2004) na linha Comunidades, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Inclusão Social e doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPCIS/UERJ (2010). Concluiu estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPGMA/UERJ (2020/2021). Coordenadora e pesquisadora do NEPET – Núcleo de Ensino e Pesquisa em Turismo, vinculado à UFRRJ e vice-coordenadora do TBC-REDE: Laboratório de Turismo de Base Comunitária, Sustentabilidade e Redes, vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

E-mail: tecaturismo@yahoo.com.br

PAULO HENRIQUE RIBEIRO ESTEVÃO – Graduando em Turismo pelo Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais. Técnico em Guia de Turismo pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais. Bolsista de Iniciação Artística no Cine-Theatro Central, estagiário da Secretaria de Turismo da Prefeitura de Juiz de Fora (MG) e voluntário no grupo de pesquisa e extensão TBC-Rede (UFJF/UFRRJ/CNPq).

E-mail: ph.ribeiroestevao@gmail.com